



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

1 – A zona do Ginjal e do Olho-de-Boi em Cacilhas e Almada, passados os tempos áureos em que diversas empresas operavam diariamente nos mais variados sectores produtivos do concelho e da região, encontra-se nos dias de hoje praticamente abandonada e inactiva

2 - A mesma localidade consubstancia uma zona privilegiada do concelho de Almada aproveitando as mais-valias que o Tejo e a paisagem dispõe em favor dos almadenses e dos seus visitantes

3 – Por força desse abandono e inactividade, maior parte dos imóveis encontram-se em considerável estado de degradação, falta de manutenção e nalguns casos aparentemente em condições de ruína ou de desabamento

4 - Este frágil cenário potencia a probabilidade que, por exemplo, em estações do ano com condições meteorológicas mais adversas como o Inverno, ocorram acidentes que resultem em danos que possam colocar em causa e em perigo a integridade física dos transeuntes tal como danos em bens materiais

5 - Os inúmeros projectos e tentativas de requalificação do espaço apresentados pelas diversas entidades ao qual se inclui inclusive, a projecção um Plano de Pormenor da Câmara de Almada para Cacilhas/Ginjal/Olho de Boi, até ao momento não sortiram qualquer efeito

6 – A falta de entendimento e de soluções compagináveis com um projecto adequado a este território entre os diversos actores com intervenção no espaço envolvente, a saber: Câmara Municipal de Almada, Governos da República, APL e proprietários, é responsável pela acelerada degradação do Ginjal e do Olho-de-Boi tal como pelo aumento vertiginoso da insegurança no local

7 – O território em questão é possuidor de características naturais, geográficas e paisagísticas que constituem um conjunto de factores críticos de sucesso para o desenvolvimento de um espaço atractivo para a fomentação de uma economia viável e douradora para o concelho e para a região

8 – O mesmo espaço está inserido paredes meias com empresas do sector da restauração, um museu e um jardim para lazer e, também, por esse facto, é atravessado e visitado diariamente por transeuntes que estão potencialmente sujeitos a uma perigosidade eminente

9 – É de elementar interesse que o problema de insegurança do espaço e sua requalificação seja considerado prioritário e que os intervenientes directa e indirectamente responsáveis pela sua reconversão possam encontrar uma solução

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer à Ministra do Mar, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, resposta às seguintes perguntas:

1- Tem o Ministério do Mar alguma jurisdição, nomeadamente através da APL, sobre o território supra mencionado, Ginjal e Olho de Boi?

2- Em caso afirmativo, tem o Ministério do Mar, conhecimento do acelerado estado de degradação da zona envolvente do Ginjal e do Olho de Boi em Cacilhas?

3- Tendo conhecimento, considera V. Exa. que o estado de degradação do Ginjal e Olho de Boi, pode potenciar situações de eminente perigo para as populações nomeadamente derrocadas nas fachadas dos inúmeros imóveis degradados?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 28 de Setembro de 2016

Deputado(a)s

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)

ÁLVARO CASTELO BRANCO(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)

PEDRO MOTA SOARES(CDS-PP)